

Tomando Decisões Bíblicas

LIÇÃO
DOIS

A PERSPECTIVA NORMATIVA:
DEUS E SUA PALAVRA

Para vídeos, guias de estudos e outros recursos, visite Third Millenium Ministries em thirdmill.org.

© 2012 by Third Millennium Ministries

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, ou para fins lucrativos, exceto em breves citações para os propósitos de revisão e comentários, sem a permissão da editora Third Millennium Ministries, Inc. P.O. Box 300769, Fern Park, Florida 32730-0769.

A menos que outra versão seja indicada, as citações são da Nova Versão Internacional.

SOBRE O THIRD MILLENNIUM MINISTRIES

Fundado em 1997, Third Millennium Ministries é uma organização cristã sem fins lucrativos dedicada a prover **Educação Bíblica, Grátis, Para o Mundo**. Em resposta à crescente necessidade mundial de uma profunda formação bíblica de liderança cristã, estamos desenvolvendo e distribuindo um currículo de seminário focando principalmente líderes cristãos que não tem acesso a materiais de treinamento. Ao criar um currículo de seminário multimídia que é mantido por meio de doações, fácil de usar e em 5 idiomas (inglês, espanhol, russo, mandarim chinês e árabe), Third Millennium tem desenvolvido um método efetivo e econômico para treinar pastores e líderes cristãos ao redor do mundo. Todas as lições são escritas, desenhadas e produzidas em nossos escritórios, e são similares em estilo e qualidade às do The History Channel©. Em 2009 Third Millennium ganhou dois Prêmios Telly por sua destacável produção videográfica no *Uso de Animação e Educação* e nosso currículo está atualmente sendo usado em mais de 150 países. Nossos materiais estão disponíveis em DVD, impressos, internet, transmissão de televisão via satélite e produção para rádio e televisão.

Para mais informação acerca de nosso ministério e de como você pode nos apoiar, visite <http://thirdmill.org>.

Conteúdo

I. Introdução.....	4
II. Deus como Padrão	5
A. O caráter de Deus	5
1. Atributo Pessoal	6
B. Padrão Último	7
C. Deus como juiz	9
D. Implicações	10
III. A Palavra como Padrão	12
A. Três Categorias	13
B. Caráter Normativo	13
1. Revelação Geral	13
2. Revelação Especial	18
3. Revelação Existencial	21
C. Unidade	26
IV. Conclusão	27

I. INTRODUÇÃO

Os filhos podem ser muito divertidos, especialmente quando eles tentam aprender e aplicar novas ideias. Outro dia a filha de quatro anos do meu amigo aproximou-se dele antes do jantar com um pedaço de doce na mão dela e disse: “Papai, me deixa comer este doce”? Ela sabia que não lhe era normalmente permitido comer doce antes de uma refeição, então seu pai lhe perguntou: “Por que eu deixaria você comer este doce pouco antes do jantar?”

E ela respondeu com grande ousadia: “porque eu estou dizendo.”

Agora, é óbvio que esta garotinha aprendeu sua resposta com seus pais. Portanto, ela naturalmente esperava que seu pai obedecesse assim que ele ouvisse aquelas palavras mágicas: “porque eu estou dizendo.”

Entretanto, esta garotinha não entendeu um fato fundamental sobre a comunicação humana. A autoridade das ordens e diretivas dependem da autoridade da pessoa que as dá. Embora a garotinha tenha usado as mesmas palavras que seus pais, ela tinha que obedecer porque seus pais estavam falando, mas seus pais não tinham que obedecer porque ela estava falando.

Quando nós exploramos a ética cristã, devemos lidar com este fato fundamental: A autoridade dos princípios morais é derivada da pessoa que os disse. Por que nós devemos nos submeter à instrução da Escritura? Por que as orientações morais da fé cristã têm autoridade sobre nós? A resposta é direta: estas instruções têm autoridade porque elas vêm do Deus que tem toda autoridade. Nós obedecemos a elas “porque Ele assim disse”.

Esta é a segunda lição em nossa série “*Tomando Decisões Bíblicas*”. Nesta série de lições, nós estamos focando no processo que a Bíblia nos ensina a seguir quando nós tomamos decisões éticas. Nós intitulamos esta lição de “A Perspectiva Normativa: Deus e sua Palavra.” E nesta lição nós começaremos a explorar a questão da autoridade na ética, ou para ser mais preciso, a autoridade de Deus e sua palavra na ética.

Na lição anterior nós vimos que tomar decisões éticas como cristãos requer que consideremos três questões básicas: o padrão adequado, o objetivo (ou propósito) adequado e o motivo adequado. Nós também nomeamos estas considerações de perspectivas normativa, situacional e existencial na ética cristã.

Para tomar decisões morais que agradam a Deus e que levem a sua bênção, nós devemos olhar para as questões a partir de uma perspectiva normativa ao focar nos padrões ou normas relevantes. Nós também devemos olhar para as questões a partir de uma perspectiva situacional,

certificando-se de que temos avaliado os fatos e resultados relevantes de uma situação responsabilmente.

Da mesma forma, devemos olhar para as questões a partir de uma perspectiva existencial, assegurando-nos de que nós temos propósitos e motivos adequados.

Nesta lição, daremos nossa primeira olhada na perspectiva normativa, os padrões adequados para decisões éticas, concentrando-nos nos padrões de Deus e Sua palavra.

Esta lição se dividirá em duas partes principais: Olharemos primeiro para o próprio Deus como nosso padrão absoluto. E segundo, exploraremos como a Palavra de Deus serve como nossa norma ou padrão ético revelado. Ponhamos nossa atenção primeiro no próprio Deus como nossa norma ética.

II. DEUS COMO PADRÃO

Você lembrará que em nossa primeira lição desta série, nós vimos que o próprio Deus é nossa norma ética absoluta. Aquelas coisas que estão de acordo com o caráter de Deus são “boas” e “certas”, enquanto aquelas coisa que não estão são “más” e “erradas”. Deus é a norma ética absoluta porque Ele não presta contas a qualquer padrão fora ou acima dele mesmo. Ele tem autoridade moral absoluta. Ninguém senão Deus tem o direito último de determinar o que é bom e o que é mau, ou tornar definitivos, julgamentos eternos baseados em suas determinações.

A fim de entender estas ideias e suas implicações mais aprofundadamente, daremos uma olhada mais de perto em três importantes aspectos de Deus como nosso padrão moral. Primeiro nos fixaremos no próprio caráter de Deus como a lei ou padrão moral absoluto. E segundo, veremos que Deus é o juiz moral absoluto que tornará obrigatórios os mandamentos sobre cada indivíduo. E terceiro, exploraremos algumas das implicações destas verdades para as nossas próprias decisões éticas. Vamos examinar primeiro o caráter de Deus como o padrão moral absoluto.

O CARÁTER DE DEUS

Há muitas questões que poderiam ser tratadas quando nós pensamos em Deus mesmo como a lei moral absoluta. Mas para nossos propósitos, nos concentraremos em duas questões.

Primeiro, falaremos da bondade como um atributo pessoal de Deus. E segundo, veremos o fato de que a bondade de Deus é o padrão último para toda bondade.

Atributos Pessoais

Em primeiro lugar, quando nós falamos da bondade como um atributo pessoal de Deus, nós queremos dizer que Ele mesmo é o padrão pelo qual toda moralidade é medida. Embora nos às vezes falemos abstratamente sobre conceitos de bondade e justiça, e embora possamos aplicar termos como bom e certo a objetos inanimados e ideias, estes conceitos são corretamente derivados de algo muito mais básico: a bondade da pessoa de Deus. À parte do caráter de Deus, não pode haver tal coisa como bondade ou justiça. O valor ético existe apenas como um reflexo de Deus. Em um sentido muito real, Ele não é apenas bom e certo; ele é própria bondade e justiça.

Como vimos em nossa primeira lição, uma maneira que a Escritura ilustra esta ideia de que os atributos de Deus são o padrão moral absoluto é através da metáfora da luz. Em João 1.5-7, o apóstolo João ensinou:

“Deus é luz; nele não há treva alguma. Se afirmarmos que temos comunhão com ele, mas andamos nas trevas, mentimos e não praticamos a verdade. Se, porém, andamos na luz, como ele está na luz, temos comunhão uns com os outros, e o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.”

A metáfora de Deus como luz é primariamente uma avaliação moral. Trevas é comparada com pecado e mentiras, e luz está associada com a verdade e pureza em separação do pecado. Essencialmente, esta passagem explica que Deus é perfeitamente livre do pecado ao definir pecado como aquilo que é estranho à sua natureza. Em outras palavras, ela assume que o próprio Deus é o padrão por excelência de bondade e justiça, de modo que qualquer coisa contrária à natureza de Deus é pecado.

Jesus expressou a mesma ideia em Marcos 10.18:

“Ninguém é bom, a não ser um, que é Deus.”

Ao dizer que somente Deus encontrou o padrão de bondade, Jesus indicou que estava falando de bondade perfeita e total em vez de bondade relativa ou derivativa.

Afinal, a Bíblia chama as pessoas de boas. Mas a bondade de Deus é diferente.

Diferente de todas as outras bondades, porque esta é perfeita em qualidade, absoluta em grau e única às pessoas da Trindade.

Nós encontramos declarações semelhantes sobre a bondade suprema de Deus em toda a Escritura, tais como em Salmo 5.4 onde Davi declarou:

“Contigo [Deus] o mal não pode habitar.”

E em Daniel 4.37 onde até mesmo o Rei Gentio Nabucodonosor proclamou:

“Tudo o que ele faz é certo, e todos os seus caminhos são justos.”

Talvez o texto mais sucinto que abarca esta ideia é Mateus 5.48 onde Jesus afirmou: “Sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial.”

Em todas estas passagens, vemos Deus sendo apresentado como a lei moral absoluta de duas maneiras: 1) o Senhor é demonstrado como o ápice da perfeição como um ser que é totalmente sem falha, e; 2) nós, como os leitores da Escritura, somos encorajados a medir nossa própria bondade em relação às ações e o caráter de Deus.

Com base nestas e outras passagens bíblicas, nós podemos corretamente afirmar que bondade e justiça deveriam ser pensadas primariamente, e sobretudo, como atributos eternos das pessoas da Trindade: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. A bondade então consiste em atitudes, valores, motivos, desejos e objetivos que o Deus vivo tem dentro de seu próprio coração. Assim, a fim de descobrir o padrão correto de bondade, não devemos simplesmente nos empenhar em aprender princípios abstratos e éticos. Antes, devemos nos empenhar em conhecer o coração do próprio Deus.

Em segundo lugar, quando falamos de Deus como a lei moral absoluta, nós também queremos dizer que não há padrão mais alto que o da pessoa de Deus. A bondade de Deus é o padrão último para toda bondade.

Padrão Último

Infelizmente, muitas pessoas têm o conceito errado de que há uma definição de “bom” contra o qual o próprio Deus deve ser medido se ele deve ser chamado “bom” e “justo”. Por exemplo, algumas pessoas acham que Deus não pode ser bom se ele julga os seres humanos. Outros acreditam que um Deus bom nunca permitiria o mal. E com base nestas premissas, eles

equivocadamente concluem que o Deus da Bíblia não pode corretamente ser descrito como “bom”.

Infelizmente, embora cristãos rejeitem esta conclusão de que Deus não é bom, alguns crentes equivocadamente aceitam a noção de que há um padrão mais elevado de bondade ao qual até mesmo Deus deve se conformar.

Bem, nós deveríamos admitir que às vezes os próprios escritores bíblicos parecem ter avaliado Deus por outros padrões que não o seu próprio caráter. Mais comumente, eles mediram Deus por meio da Bíblia.

Por exemplo, em Salmos 119.65, 68 o salmista escreveu:

“Trata com bondade o teu servo, Senhor, conforme a tua promessa... Tu és bom, e o que fazes é bom; ensina-me os teus decretos.”

No versículo 65, o salmista reconheceu que a Palavra de Deus era um padrão de bondade e até mesmo indicou que as próprias ações de Deus poderiam ser julgadas “boas” por este padrão. E no verso 68 ele proclamou que Deus era de fato bom e que as ações de Deus eram boas, implicando que isto era porque Deus tinha agido de acordo com sua palavra.

Finalmente, o salmista fechou o verso 68 expressando seu desejo de aprender os decretos de Deus, isto é, a lei de Deus, a fim de que ele pudesse ser conformado à bondade de Deus. Em resumo, nestes versos o salmista mediu as ações de Deus pelo padrão da lei de Deus e constatou que as ações de Deus são boas.

Mas os escritores da Escritura também sabiam que a lei não é separada de Deus; antes, ela é sua auto-expressão. Considere, por exemplo, que em Salmos 119.137, 142 o salmista escreveu:

“Justo és, Senhor, e retas são as tuas ordenanças... A tua justiça é eterna, e a tua lei é a verdade.”

A lei de Deus é justa e boa porque ela vem de Deus, o qual é Ele mesmo justo e bom. Porque Ele é justo, tudo o que Ele faz e tudo o que Ele expressa, incluindo sua lei, manifesta sua bondade. Assim, mesmo quando os autores bíblicos compararam Deus ao padrão da lei, a intenção deles era simplesmente refletir sobre como a lei expressa o caráter de Deus.

Os autores da Escritura nunca pretenderam ensinar que Deus era sujeito à lei na maneira que os seres humanos são. Tampouco eles criam que era possível para Deus contradizer os

padrões revelados na lei. A Bíblia fala consistentemente da própria bondade pessoal de Deus como o padrão absoluto pelo qual todas as questões éticas devem ser avaliadas.

Além de ser o padrão moral absoluto, veremos também que Deus é o juiz absoluto da moralidade. Isto é, Ele tem a prerrogativa última para determinar se certas ações particulares, emoções e pensamentos satisfazem ou transgridem suas exigências morais. Deus tem o direito último e o poder de agir em suas determinações.

DEUS COMO JUIZ

Agora, é verdade que Deus delega aos seres humanos certas responsabilidades para exercer julgamentos éticos. Por exemplo, de acordo com as Escrituras, aos governos humanos legítimos é dada responsabilidade limitada para honrar o bem e punir o mal. Mas a Bíblia também ensina que nossos julgamentos humanos são apenas corretos e válidos na medida em que eles refletem os julgamentos de Deus.

O próprio Jesus deixou claro que no último dia, Deus mesmo julgará todas as pessoas por suas ações, e assim Ele confirmará ou condenará todos os julgamentos que os seres humanos fizeram. Nesse dia, Ele amaldiçoará aqueles cujas obras são más, e Ele abençoará aqueles cujas obras são boas. Em João 5.27-30 constam as palavras de Jesus sobre esta questão:

“[o Pai] deu-lhe [ao Filho] autoridade para julgar... todos os que estiverem nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão; os que fizeram o bem ressuscitarão para a vida, e os que fizeram o mal ressuscitarão para serem condenados... o meu julgamento é justo, pois não procuro agradar a mim mesmo, mas àquele que me enviou.”

Independentemente das conclusões éticas que chegemos nessa vida, Deus mesmo é o mais alto tribunal no universo. Ele tem a última palavra sobre se nós temos vivido moral ou imoralmente, e seus juízos serão totalmente definitivos. Não há base sobre a qual alguém possa desafiar a autoridade de Deus. Toda a autoridade e todo o poder pertence a Ele, de modo que não há forma de impedir seus julgamentos. Ouça as palavras de Deus sobre esse tema em Jó 40.2-14:

“Aquele que contende com o Todo-poderoso poderá repreendê-lo?... Você vai pôr em dúvida a minha justiça? Vai condenar-me para justificar-se? Seu braço é como o de Deus, e sua voz pode trovejar como a

dele? Adorne-se, então, de esplendor e glória, e vista-se de majestade e honra... Então admitirei que a sua mão direita pode salvar você.”

Deus tem direito de julgar porque Ele tem autoridade absoluta. E seus julgamentos são inevitáveis porque Ele tem poder absoluto. Embora as criaturas de Deus desejem escapar de sua autoridade e poder, isso lhes é impossível.

Em última análise, há apenas duas opções: ou nós nos submetemos a Ele como o nosso juiz buscando refúgio em sua misericórdia através de Cristo, ou nós o desafiamos e sofremos punição eterna.

E no caso de sermos tentados a ressentir-se de Deus e desconfiar de seus juízos, deveríamos nos apressar em acrescentar que todas as suas determinações são justas e certas. Ele não é inconstante, mas sempre julga de acordo com o padrão imutável de seu caráter. Como Eliú argumentou em Jó 34.10-12:

“Longe de Deus esteja o fazer o mal, e do Todo-poderoso o praticar a iniquidade. Ele retribui ao homem conforme o que este fez, e lhe dá o que a sua conduta merece. Não se pode nem pensar que Deus faça o mal, que o Todo-poderoso perverta a justiça.”

Como juiz moral absoluto, Deus consistentemente aplica o padrão moral absoluto de seu caráter em cada julgamento que Ele faz. Seus juízos são perfeitos, exibindo seu discernimento e sabedoria perfeitos, justiça infalível e moralidade impecável.

Com este entendimento básico de Deus como a norma moral absoluta e o juiz absoluto da moralidade em mente, vamos voltar nossa atenção para observar algumas das implicações destas questões para as nossas vidas.

Quando falamos de Deus como o padrão moral absoluto, nós nos referimos primariamente a existência de Deus por si e em si mesmo. E quando nós falamos de Deus como o juiz absoluto da moralidade, nós focamos principalmente em suas interações com a sua criação.

Neste ponto, nós voltaremos a nossa atenção para o fato de que o poder e a autoridade de Deus de julgar obrigam suas criaturas a viver de acordo com o padrão de seu caráter.

IMPLICAÇÕES

Vocês lembrarão, por exemplo, que em 1 Pedro 1.15-16, Pedro instruiu seus leitores desta maneira:

“Mas, assim como é santo aquele que os chamou, sejam santos vocês também em tudo o que fizerem, pois está escrito: "Sejam santos, porque eu sou santo.”

Nesta passagem, Pedro afirmou o que nós já dissemos, a saber, que o caráter de Deus é o padrão último para toda a conduta humana. Mas Ele também aplicou esta ideia ao insistir que porque Deus é o padrão para toda a conduta humana, a humanidade é conseqüentemente obrigada a obedecer e a imitar a Deus.

É claro, é importante perceber que quando nós falamos de imitar a Deus, não pretendemos obscurecer a distinção entre o criador e a criatura. Antes, nós estamos falando de nossa responsabilidade de refletir seu caráter. Por exemplo, quando Pedro escreveu que nós devemos ser santos porque Deus é santo, ele quis dizer que o caráter de Deus prescreve o que a santidade é, e que porque Deus age de acordo com sua santidade, também devemos agir de acordo com sua santidade.

Nós encontramos um tipo de pensamento semelhante no Sermão do Monte. Em Mateus 5.44-48 Jesus disse:

“Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus. Porque ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos... sejam perfeitos como perfeito é o Pai celestial de vocês”.

Porque o comportamento de Deus é perfeitamente bom e moral, é também um padrão moral definitivo. Assim, é a obrigação de cada pessoa obedecer a Deus ao se conformar ao padrão de suas ações.

Agora, para a maioria de nós, esta aplicação provavelmente parece óbvia. Afinal, se Deus é a autoridade absoluta que nos torna responsáveis perante um padrão absoluto, então a conseqüência é que nós estamos obrigados a obedecer a este padrão. Na realidade, porém, muitas pessoas que são confrontadas com a autoridade soberana de Deus e com o Seu padrão de justiça, desprezam as ordens de Deus e inventam suas próprias regras para as suas vidas.

Alguns crêm que ainda que Deus tenha o poder de julgá-los, Ele não tem o direito. Eles podem, até mesmo, crer que é honroso e bom resistir a Deus, apesar das conseqüências, assim como se poderia resistir a um ditador humano mau.

Nós também vemos uma atitude semelhante em círculos cristãos. Por exemplo, muitos na igreja creem que porque Jesus morreu por nossos pecados, Deus não requer mais nossa obediência. Eles confundem perdão com licença, imaginando equivocadamente que porque todos os nossos pecados estão perdoados, nós podemos viver como nós quisermos.

Na verdade, porém, mesmo os crentes devem viver pelo padrão do caráter de Deus. Ouça a forma como João colocou isso em 1 João 1.7:

“Se, porém, andamos na luz, como ele está na luz... o sangue de Jesus, seu Filho, nos purifica de todo pecado.”

João fez pelo menos duas declarações nesta passagem que são diretamente relevantes para a nossa discussão.

Primeiro, pelo ensino de que nós devemos todos “andar na luz, como Ele está na luz,” João indicou que todos os crentes são obrigados a imitar a Deus.

Segundo, João assinala que nossa obrigação de obedecer ao padrão de Deus está relacionada com o nosso perdão em Cristo. Somente se nós estamos imitando Deus o sangue de Cristo nos purifica do pecado. Não podemos ter Jesus como Salvador sem também ser obrigado a obedecê-lo como Senhor.

Tendo examinado mais atentamente a ideia de que o próprio Deus é a norma ética absoluta, nós estamos agora em uma posição de nos voltar para o nosso segundo tópico principal neste estudo da perspectiva normativa na ética: a Palavra de Deus como nossa norma ética revelada.

III. A PALAVRA COMO PADRÃO

Temos examinado algumas maneiras nas quais a Bíblia demonstra que Deus mesmo é o nosso padrão ético absoluto. Mas a verdade é que nós só sabemos como Deus é porque Ele se revelou a nós através da sua Palavra. Sem esta revelação, seu caráter seria misterioso e desconhecido de modo que nós não seríamos capazes de cumprir nossa obrigação de seguir seu exemplo. Felizmente, a revelação de Deus nos ensina muitas coisas sobre seu caráter, nos possibilitando conhecer as determinações éticas que refletem este padrão. Assim, enquanto

insistimos que o próprio Deus é nossa norma última, devemos nos apoiar em sua revelação ou Palavra como nossa norma prática.

Para explorar como a Palavra de Deus é nossa norma ética revelada, trataremos com três questões. Primeiro, tocaremos em três categorias de revelação; segundo, falaremos do caráter normativo destas três categorias de revelação; e terceiro, exploraremos a unidade destas três categorias de normas reveladas.

Em primeiro lugar, para avançarmos em nosso entendimento da ética cristã, devemos lidar com o fato de que Deus se revelou de três maneiras.

TRÊS CATEGORIAS

Tradicionalmente, os teólogos têm falado da revelação de Deus primariamente em duas categorias: revelação especial e revelação geral. Na categoria da revelação especial, eles colocaram as comunicações diretas de Deus tais como a Escritura, a profecia, os sonhos e as visões. A categoria da revelação geral incluiu coisas tais como a história, o universo, o clima, as plantas, os animais e os seres humanos. Simplificando, a revelação geral tem sido uma categoria que inclui tudo que não é considerado revelação especial.

Ainda que esta abordagem tradicional é útil de algumas maneiras, ela tende a manter nossa atenção longe de algumas dimensões importantes da revelação de Deus. Assim, nesta lição nós também falaremos da revelação existencial, a revelação de Deus nas pessoas, revelação que é freqüentemente agrupada com a revelação geral, mas que na verdade merece ser tratada separadamente.

Com as três categorias de revelação em mente, nós estamos em posição de explorar como toda a revelação de Deus nos fornece normas que revelam o caráter de Deus e nos guia na tomada de decisões éticas.

CARÁTER NORMATIVO

Examinaremos primeiro os aspectos normativos da Palavra de Deus encontrados na revelação geral, em segundo lugar as normas da revelação especial, e terceiro a revelação existencial como um padrão revelado. Vamos voltar a nossa atenção agora para a maneira como a revelação geral de Deus serve como uma autoridade sobre nós.

Revelação Geral

Quando falamos de revelação geral, nos referimos à forma como a criação e a história nos manifestam verdades sobre Deus e suas exigências morais de nós. É claro, a revelação geral não pode nos ensinar tudo.

Por exemplo, algumas coisas, tais como a forma de salvação através de Jesus Cristo, são ensinadas apenas através da revelação especial, e ainda outros aspectos da vontade de Deus vêm a nós primariamente através da revelação existencial. Também, a Bíblia enfatiza o fato de que quando Adão e Eva caíram em pecado, o mundo criado caiu com eles, de modo que a natureza foi corrompida. Como resultado, a criação e a história são difíceis de interpretar; pois eles não nos apresentam mais uma imagem perfeitamente clara do caráter de Deus. No entanto, a Bíblia nos garante que a revelação geral ainda fala com clareza suficiente para nos ensinar coisas verdadeiras sobre Deus, ela revela o padrão perfeito do caráter de Deus e assim serve como uma das normas reveladas por Deus.

Falaremos de dois aspectos fundamentais da revelação geral como ela se aplica à ética cristã: sua complexidade e sua importância.

Complexidade: Em primeiro lugar, a revelação geral é complexa. Usualmente os cristãos pensam sobre a revelação geral em termos muito simples, como se cada forma da revelação geral fosse igual. Na realidade, porém, há graus variados de generalidade e especialidade dentro da categoria da revelação geral. Alguns aspectos da revelação geral são comuns a todas as pessoas, enquanto outros são restritos a grupos de pessoas muito limitados. Alguns aspectos são bastante vagos em significado, enquanto outros são particularmente claros. Alguns aspectos seguem a ordem natural com muito pouca indicação do envolvimento ativo e diário de Deus, enquanto outros claramente demonstram a intervenção sobrenatural de Deus.

Por exemplo, considere de um lado, a revelação geral do sol amplamente vista. Quase todo mundo na história do mundo viu o sol e seus efeitos. E no sol, eles viram a auto-revelação de Deus. Este é talvez o tipo mais geral de revelação geral imaginável. Mas considere também que ao ver o sol e seus efeitos, todos os seres humanos são assim obrigados a uma resposta ética específica, que Jesus declarou em Mateus 5.44-45:

“Amem os seus inimigos e orem por aqueles que os perseguem, para que vocês venham a ser filhos de seu Pai que está nos céus. Porque ele faz raiar o seu sol sobre maus e bons e derrama chuva sobre justos e injustos.”

O fato do sol raiar sobre pessoas más, aquecê-los e fazer suas colheitas crescerem demonstra que Deus é paciente e bondoso mesmo com os pecadores que o odeiam. E desde que todos os seres humanos são responsáveis por imitar o caráter de Deus, todos nós somos responsáveis por amar e orar por nossos inimigos.

Por outro lado, algo da revelação geral é conhecido por poucas pessoas que parece ser muito semelhante a revelação especial. Por exemplo, considere a história da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. Como já dissemos, a história é parte da revelação geral. Quando vemos que os eventos que Deus permite e como Ele governa o mundo ao longo do tempo, nós aprendemos muito sobre Ele. E a história da redenção, particularmente da obra de Jesus Cristo, nos conta bastante sobre Deus, nós mesmos e a salvação.

Ouçá a maneira como Paulo expôs a história da ressurreição em Atos 17.30-31:

“No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam. Pois estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou. E deu provas disso a todos, ressuscitando-o dentre os mortos.”

Paulo argumentou que o fato histórico da ressurreição de Jesus Cristo era prova de que Deus estabeleceu um dia em que Ele julgaria o mundo inteiro. Ele também argumentou que o dia vindouro do julgamento obriga todos os homens em toda parte a se arrependerem. Em outras palavras, a revelação geral do fato histórico da ressurreição obriga todas as pessoas.

Este tipo de revelação geral é muito semelhante à revelação especial porque ele é raro e incomum. Não muitas pessoas viram Jesus quando ele viveu e morreu. E sua vida e morte eram altamente extraordinárias; elas eram diferentes de qualquer outra vida ou morte humanas. Sua ressurreição, por sua vez, foi inegavelmente miraculosa. No entanto, elas não alcançam o nível da revelação especial porque elas não comunicam como nós devemos nos arrepender ou o que realmente implica uma dedicação total a Deus.

Em segundo lugar, na ética cristã nós precisamos afirmar a importância da revelação geral para a tomada de decisões éticas. Deus responsabiliza todos os seres humanos por reconhecer e conformar-se àqueles aspectos de seu caráter que são revelados a eles através da criação e da história.

Importância: A princípio, pode parecer estranho a muitos cristãos que nós coloquemos um valor tão alto no que aprendemos sobre Deus através da criação e da história. Afinal, uma das marcas da teologia protestante é que nós enfatizamos superioridade da Escritura sobre todos

os outros tipos de revelação. Mas a verdade é que embora nós corretamente exaltemos a Escritura como a forma suprema de revelação em nossos dias, o protestantismo sempre afirmou a validade e a autoridade da revelação geral.

Por exemplo, a Confissão de Fé de Westminster começa no capítulo 1, seção 1 com estas palavras:

“Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência de tal modo manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, que os homens ficam inescusáveis, contudo não são suficientes para dar aquele conhecimento de Deus e da sua vontade necessário para a salvação.”

Deus exibiu seu caráter através do que Ele fez e através de sua interação contínua com o que Ele fez. E porque o próprio Deus é a nossa norma absoluta, nós somos obrigados a obedecer a sua auto-revelação que vem a nós através da revelação geral.

Paulo expressou essas ideias em Romanos 1.18-20, onde ele escreveu:

“Portanto, a ira de Deus é revelada do céu contra toda impiedade e injustiça dos homens que suprimem a verdade pela injustiça, pois o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes manifestou. Pois desde a criação do mundo os atributos invisíveis de Deus, seu eterno poder e sua natureza divina, têm sido vistos claramente, sendo compreendidos por meio das coisas criadas, de forma que tais homens são indesculpáveis.”

A revelação geral é o padrão ou norma para a crença sobre Deus que é obrigatória sobre todas as pessoas. E porque a revelação geral é uma norma obrigatória, todo aquele que age de forma contrária ao que Deus revelou é culpado de pecado.

Esta mesma ideia ocorre muito claramente em Romanos 1.32 onde Paulo acrescentou este comentário sobre aqueles que rejeitam a Deus como Ele se revela na criação:

“Eles conhecem o justo decreto de Deus, de que as pessoas que praticam tais coisas merecem a morte.”

Aqui Paulo chamou a revelação geral de “decreto”. Outras traduções traduzem esta palavra como “ordenança” ou “juízo”. A ideia básica, porém, é clara: a revelação geral é um padrão revelado que é óbvio a todos e que Deus ordena a todos a obedecer.

Agora, muitas pessoas discordariam com a avaliação de Paulo de que este padrão é óbvio a todos. Alguns de nós, sem dúvida, sentimos que não aprendemos estas coisas a partir da criação, e que esta informação é específica demais para ser obtida a partir da natureza e da história. O mesmo também era verdadeiro nos dias de Paulo, então o apóstolo incluiu uma discussão do por que muitas pessoas não entenderem estes fatos a partir da revelação geral. Em Romanos 1.21 ele explicou:

“Porque, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe renderam graças, mas os seus pensamentos tornaram-se fúteis e os seus corações insensatos se obscureceram.”

Paulo estava dizendo que, embora a revelação geral nos fale claramente, nós rejeitamos seu significado óbvio em favor de outros significados. Os incrédulos antigos inventavam falsos deuses. Incrédulos modernos comumente atribuem a criação ao acaso. E até mesmo muitos cristãos se acostumaram a pensar sobre a criação através dos olhos da descrença moderna. No entanto, a revelação de Deus na criação é ainda obrigatória. Ela ainda é o padrão revelado de Deus ao qual devemos nos conformar.

Provavelmente, Paulo estava extraindo do Salmo 19 onde Davi escreveu no verso 1:

“Os céus declaram a glória de Deus; o firmamento proclama a obra das suas mãos.”

De acordo com toda a informação disponível, os céus e o resto do mundo criado são talvez o aspecto mais geral da revelação geral. A maioria das pessoas que já viveu tem sido capaz de ver a imensidão do céu. Este tipo de conhecimento é extremamente comum. E ainda que o mais geral da revelação geral seja obrigatório e autoritativo, certamente as formas mais especiais da revelação geral sejam autoritativas também.

Tendo visto que a revelação geral ocorre de muitas maneiras e que todas estas formas revelam as normas de Deus, deveríamos examinar a revelação especial como outra norma revelada de Deus. Ainda que não nos seja fácil crer que a revelação geral é parte do padrão revelado de Deus para as nossas vidas, todos os cristãos deveriam facilmente reconhecer que a revelação especial é uma norma que é obrigatória em nossas vidas.

Revelação Especial

Assim como fizemos com a revelação geral, focaremos na complexidade e da revelação especial e sua importância para a ética cristã.

Complexidade. Em primeiro lugar, a revelação especial é complexa, e vem a nós de muitas formas. A maior parte destas formas se apóia na palavra falada ou escrita, mas todas elas envolvem Deus se comunicando com as pessoas em maneiras que transcendem os funcionamentos normais da criação. Quando analisamos a Escritura, encontramos muitos exemplos diferentes de revelação especial. Em alguns casos Deus aparece visivelmente e fala audivelmente para grupos ou indivíduos. Em outros casos Ele é ouvido, mas não visto. Em outras ocasiões, Ele se comunica através de um mediador tal como um anjo que aparece para seu povo. Deus também comumente dá instruções àqueles que receberam sua revelação especial para escrever o que foi revelado, e este registro escrito se constitui como Escritura, que é ainda outra forma de revelação especial.

Agora, ainda que existam tão variados tipos de revelação especial, eles são todos “especiais” em um sentido porque eles representam a comunicação extraordinária ou sobrenatural entre Deus e o homem. Eles envolvem Deus interrompendo, por assim dizer, o curso natural dos eventos a fim de se comunicar mais diretamente com seu povo.

Mas embora estes vários tipos de revelação compartilhem este elo comum, ainda podemos distinguir entre eles porque alguns vêm mais diretamente de Deus com menos mediação. Aqueles que vêm através de mediação mais distante são os menos “especiais”; nós podemos até mesmo pensar sobre eles como na fronteira com a revelação geral. Aqueles que vêm mais diretamente de Deus, por sua vez, são os mais “especiais”.

Moisés falou com Deus direta e pessoalmente. Como lemos em Êxodo 33.11:

“O Senhor falava com Moisés face a face, como quem fala com seu amigo.”

Por outro lado, na revelação especial nós encontramos coisas como os sonhos. O significado da revelação especial nos sonhos está, não no fato de que a pessoa sonha, mas no fato de que Deus emprega este fenômeno natural para comunicar a verdade ao indivíduo.

Por exemplo, em Gênesis 41 nós encontramos o relato do sonho de Faraó das sete vacas magras que comeram as sete vacas gordas. Certamente Faraó sabia que o sonho era sobrenatural, e isto é provado por seu apelo aos seus conselheiros para interpretá-lo para ele.

Mas como Faraó sabia que seu sonho era sobrenatural? Deus não se dirigiu diretamente a Faraó no sonho, ou mesmo enviou um anjo para falar para ele como ele fez depois com José em Mateus 1. A única coisa especial sobre o sonho de Faraó era que Deus usou esse meio para se comunicar com ele. À parte do uso do sonho por parte de Deus, esta revelação era indistinguível dos sonhos que ocorrem como uma parte normal da revelação geral.

Em resumo, algumas revelações especiais são assombrosas e obviamente sobrenaturais, tais como a presença manifesta de Deus a pessoas como Moisés. Em outras ocasiões, a revelação especial, porém, assemelha-se rigorosamente à vida humana normal e natural.

Em nossos dias, a forma mais comum de revelação especial (e a única forma universalmente reconhecida da revelação atual) é a Escritura. E até mesmo a própria Escritura tem partes que são muito especiais e outras partes que são um pouco mais comuns.

Por exemplo, de acordo com Êxodo 31.18, Deus escreveu diretamente os Dez Mandamentos, que estavam contidos em “tábuas de pedras inscritas pelo dedo de Deus.”

Outros textos, porém, foram originalmente escritos por pagãos que interpretaram a revelação geral. Por exemplo, em Atos 17.28, Paulo falou estas palavras para seu público grego:

“Como disseram alguns dos poetas de vocês: ‘Também somos descendência [de Deus]’.”

Aqui Paulo afirmou as conclusões do poeta pagão, e assim as palavras deste poeta pagão tornaram-se parte da revelação especial.

Outros textos mais comuns incluem certos provérbios coletados pelos escritores bíblicos, outras citações de poetas pagãos e as cópias das cartas entre o rei Artaxerxes da Pérsia a seus servos na região trans-Eufrates, que podem ser encontradas em Esdras 4.

A revelação especial é complexa, vindo a nós em diversas formas. A maioria destas formas depende da palavra falada ou escrita, mas todas elas envolvem Deus se comunicando com as pessoas de maneiras que transcendem os funcionamentos normais da criação.

Em segundo lugar, toda a revelação especial é importante para a ética cristã porque toda a revelação especial é normativa para nós; toda a revelação especial é um padrão ao qual devemos aderir.

Importância. Considere, por exemplo, que depois de Paulo citar os poetas pagãos Arato e Cleantes, em Atos 17.28, ele continuou fazendo uma aplicação das palavras deles que é obrigatória para toda a humanidade. Ouça Atos 17.28-30:

“Como disseram alguns dos poetas de vocês: ‘Também somos descendência dele’. Assim, visto que somos descendência de Deus, não devemos pensar que a Divindade é semelhante a uma escultura de ouro, prata ou pedra, feita pela arte e imaginação do homem. No passado Deus não levou em conta essa ignorância, mas agora ordena que todos, em todo lugar, se arrependam”.

Apesar das origens pagãs das palavras “somos descendência dele”, o uso delas por parte de Paulo como apóstolo autorizado de Deus transformou esta citação em revelação especial para a humanidade, e fez delas um padrão obrigatório, obrigando “todas as pessoas em todo lugar a se arreenderem”.

E ainda que as palavras de origem pagã possam carregar tal força, certamente a revelação que é mais específica nos obriga ainda mais. Na verdade, nós vemos esta conclusão afirmada pela própria Escritura.

Por exemplo, ouça o que Deus disse aos habitantes de Jerusalém em Jeremias 25.8-9 depois que eles tinham repetidamente rejeitado seus profetas:

“Visto que vocês não ouviram as minhas palavras, convocarei todos os povos do norte e o meu servo Nabucodonosor, rei da Babilônia... e os trarei para atacar esta terra, os seus habitantes e todas as nações ao redor. Eu os destruirei completamente e os farei um objeto de pavor e de zombaria, e uma ruína permanente”.

Porque o povo tinha se recusado a ouvir os profetas de Deus, Deus os ameaçou com extremo julgamento da aliança contra eles, lhes advertindo que Ele lhes traria “ruína eterna” se eles não se arrependessem. Quando Deus revela a verdade através de representantes autorizados tais como os profetas e os apóstolos bíblicos, esta revelação especial é absolutamente obrigatória.

No presente já não temos mais apóstolos e profetas autorizados vivos. Mas temos a Bíblia, que é obrigatória sobre todas as pessoas em todos os tempos. Porque a Escritura é a forma mais relevante de revelação especial para nós hoje, discutiremo-la em maior detalhe em nossas próximas duas lições.

Para agora, porém, devemos voltar nossa atenção para a revelação existencial, que é a revelação de Deus através dos seres humanos.

Revelação Existencial

Embora não tenha sido comum para os teólogos falar sobre “revelação existencial”, a ideia de que Deus se revela em e através das pessoas sempre foi reconhecida pela teologia protestante como uma parte da revelação geral. Em outras palavras, não estamos aqui advogando um novo tipo de revelação, mas simplesmente uma forma diferente de categorizar a mesma revelação que os teólogos têm aceitado durante os séculos.

Por exemplo, ouça a Confissão de Fé de Westminster capítulo 1, seção 10:

“O Juiz Supremo, pelo qual todas as controvérsias religiosas têm de ser determinadas e por quem serão examinados todos os decretos de concílios, todas as opiniões dos antigos escritores, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, o Juiz Supremo em cuja sentença nós devemos firmar não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura”.

A Confissão afirma que o juiz supremo em todas as controvérsias da religião é o Espírito Santo, e que o guia mais seguro para o julgamento do Espírito Santo é a Escritura. Mas observe que ao apelar à Escritura como padrão revelado último pelo qual todos os outros são julgados, a Confissão não simplesmente deixa de lado os outros como inúteis ou inválidos. Na verdade, a Confissão assume o valor de todas as outras fontes que ela lista. Deus usa concílios, escritores antigos, doutrinas dos homens, e opiniões particulares para revelar sua vontade ao seu povo, embora suas determinações devam estar sujeitas à Escritura.

Nós podemos considerar estes julgamentos humanos formas de “revelação existencial”. Nenhuma é uma apresentação simples da história ou criação, e nenhuma é uma comunicação sobrenatural direta de Deus. Antes, cada uma envolve revelação de Deus através de seres humanos, seja como as conclusões teológicas obtidas por grupos de pessoas, ou pela iluminação interna do Espírito Santo dentro dos crentes.

Como fizemos com a revelação geral e especial, falaremos da complexidade da revelação existencial e, então, de sua importância para a ética cristã.

Externo. Em primeiro lugar, a revelação existencial pode ser dividida em duas principais categorias: o que nós poderíamos chamar de aspectos externos da revelação existencial, e os aspectos internos da revelação existencial.

Os aspectos externos da revelação existencial incluem fatores como: a existência humana; o julgamento humano, tanto individual como corporativo; e o comportamento humano. Nós podemos pensar em “existência humana” como uma forma de revelação porque os seres humanos são criados à imagem de Deus. Isso quer dizer, em algum sentido, que cada um de nós é uma réplica ou reflexo de Deus. Os seres humanos são as imagens que refletem a glória e a dignidade de Deus. E porque refletimos seu caráter, podemos aprender muitas coisas sobre Deus ao olhar para as pessoas.

Nosso segundo ponto, que o julgamento humano individual ou corporativo é uma forma de revelação existencial, está intimamente relacionado ao fato de que somos criados à imagem de Deus.

Ouçã a forma como Moisés registrou a história da criação da humanidade em Gênesis 1.26:

“Então disse Deus: "Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança. Domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais grandes de toda a terra e sobre todos os pequenos animais que se movem rente ao chão”.

Embora possamos tirar muitas inferências do fato de que somos criados à imagem de Deus, quando primeiro vemos esta ideia na Escritura, o significado associado a ela é que Deus delega autoridade aos seres humanos para que eles governem o mundo. Uma implicação disto é que quando os seres humanos exercem autoridade, estão revelando o caráter de Deus.

Outra maneira de vermos esta dinâmica no trabalho é em Gênesis 2.19, onde nós lemos estas palavras:

“Depois que formou da terra todos os animais do campo e todas as aves do céu, o Senhor Deus os trouxe ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a cada ser vivo, esse seria o seu nome”.

Este é o primeiro exemplo que encontramos na Escritura do homem exercendo a autoridade que Deus nos delegou. E tudo mais que possamos dizer sobre este exemplo, é pelo menos verdadeiro que quando Adão deu nome aos animais ele estava pensando e exercendo julgamento. Assim, é justo dizer que quando os seres humanos pensam e julgam em um exercício de autoridade divinamente delegado, estamos refletindo o caráter de Deus.

E este é precisamente o tipo de atividade a qual a Confissão de Fé de Westminster está se referindo quando ela fala de “concílios... antigos escritores, doutrinas de homens e opiniões particulares”.

Por exemplo, em Atos 15, nós lemos que os líderes da igreja se encontram em Jerusalém a fim de tratar sobre as práticas dos Gentios que se converteram ao Cristianismo. O concílio, do qual participaram e apoiaram os apóstolos, tais como Pedro e Paulo, enviaram uma carta explicando suas determinações às várias igrejas que existiam.

Em Atos 15.28-29, Lucas registra que a carta deles incluía as seguintes palavras:

“Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não impor a vocês nada além das seguintes exigências necessárias: Abster-se de comida sacrificada aos ídolos, do sangue, da carne de animais estrangulados e da imoralidade sexual”.

Observe que o concílio de Jerusalém afirmou estar falando por si mesmo bem como pelo Espírito Santo. O entendimento deles era de que Deus pudesse usar suas deliberações conjuntas a fim de determinar o curso correto da ação apropriada para a igreja. Isso não quer dizer que os concílios da igreja são infalíveis, mas simplesmente assinala que nós temos um precedente bíblico para crer que Deus usa seu povo reunido corporativamente a fim de revelar a verdade.

Este também é o caso quando a igreja se reúne em grupos menores. Considere, por exemplo, as palavras de Jesus em Mateus 18.16, 20:

“De modo que qualquer acusação seja confirmada pelo depoimento de duas ou três testemunhas... Pois onde se reunirem dois ou três em meu nome, ali eu estou no meio deles”.

Jesus ensinou que sempre que duas ou três testemunhas cristãs confirmem uma decisão de disciplina da igreja, Jesus apoia seu exercício de autoridade que Ele delegou à igreja. Portanto, é seguro concluir que quando cristãos em grupos menores se reúnem e julgam, ainda que seus julgamentos não sejam infalíveis, ainda é certo dizer que Deus emprega esses julgamentos individuais e corporativos para guiar seu povo à verdade.

Além da existência e julgamento humanos, Deus também usa o comportamento humano como um tipo externo de revelação existencial. Vemos isso frequentemente na Escritura quando

os autores bíblicos encorajam seus leitores a imitar a conduta dos outros. Por exemplo, I Tessalonicenses 1.6-7:

“De fato, vocês se tornaram nossos imitadores e do Senhor... E, assim, tornaram-se modelo para todos os crentes que estão na Macedônia e na Acaia.”

Paulo louvou os crentes tessalonicenses por seguirem seu exemplo, e por se tornarem um exemplo para os outros seguirem. Na medida em que a conduta de Paulo e dos Tessalonicenses refletiam o caráter de Deus, ela era uma forma de revelação. Como resultado, isso se tornou uma norma ou padrão para a conduta ética.

Interno. Além desses tipos externos de revelação existencial, há também tipos internos de revelação existencial. Embora possamos pensar em muitas maneiras em que o Espírito Santo opera dentro dos seres humanos para revelar verdade sobre Deus, focaremos em duas.

Primeiro, exploraremos o que os teólogos têm tradicionalmente chamado de “iluminação”. Segundo, investigaremos a “direção interna” do Espírito Santo que é manifestada em áreas como a consciência.

Quando falamos da iluminação do Espírito Santo, estamos nos referindo a um dom divino de entendimento que Deus dá aos crentes, e até mesmo aos incrédulos. Quando o Espírito Santo ilumina a mente de uma pessoa, ele dá àquela pessoa uma habilidade ou conhecimento que a pessoa anteriormente não tinha.

Um dos exemplos mais claros de iluminação pode ser encontrado em Mateus 16.15-17 onde nós lemos o seguinte relato:

““E vocês? ”, perguntou ele [Jesus]. "Quem vocês dizem que eu sou? " Simão Pedro respondeu: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo". Respondeu Jesus: "Feliz é você, Simão, filho de Jonas! Porque isto não lhe foi revelado por carne ou sangue, mas por meu Pai que está nos céus”.

Simão Pedro não compreendeu por si mesmo que Jesus era o Cristo, nem aprendeu isso de outras pessoas. Em vez disso, Deus revelou diretamente aquele conhecimento a Pedro.

É claro, Pedro também conhecia pessoalmente a Jesus, e este conhecimento pessoal de Jesus era parte do processo pelo qual ele veio a entender que Jesus era o Cristo. Mas muitos

outros que também conheciam pessoalmente a Jesus, não chegaram a este entendimento. A diferença foi que o Espírito Santo operou no interior de Pedro para levá-lo ao entendimento.

Paulo tratou da questão da iluminação dos crentes mais diretamente em 1 Coríntios 2 onde ele escreveu estas palavras nos versos 11 e 12:

“Pois, quem dentre os homens conhece as coisas do homem, a não ser o espírito do homem que nele está? Da mesma forma, ninguém conhece as coisas de Deus, a não ser o Espírito de Deus. Nós, porém, não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito procedente de Deus, para que entendamos as coisas que Deus nos tem dado gratuitamente.”

O ponto de Paulo era que embora os crentes e incrédulos de igual modo estivessem expostos aos mesmos fatos, eles não os compreendem da mesma maneira. Todas as pessoas têm obstáculos na compreensão da revelação porque elas são seres criados e limitados. Mas o Espírito Santo opera no interior dos crentes para nos dar um entendimento sobrenatural do evangelho e da verdade de Deus.

No mínimo, todos os crentes têm uma crença e confiança em Jesus como salvador que vem diretamente do Espírito Santo. Como Paulo escreveu em Filipenses 1.29:

“Pois a vocês foi dado o privilégio de... crer em Cristo”

A palavra grega aqui traduzida como “dado” significa “dado gratuitamente”. O ponto de Paulo não é que aos Filipenses foi dada a oportunidade de crer, mas que Deus deu a eles como um dom gratuito sua própria fé em Jesus.

Curiosamente, a Bíblia também nos ensina que Deus ilumina até mesmo os incrédulos. Nós já vimos que Deus comunica Sua verdade a todos os incrédulos através da revelação geral, mas de acordo com Paulo, Deus também comunica verdade aos incrédulos através da iluminação. Ouça as palavras de Paulo em Romanos 2.14-15:

“Quando os gentios, que não têm a lei, praticam naturalmente o que ela ordena... mostram que as exigências da lei estão gravadas em seus corações... a consciência e os pensamentos deles, ora acusando-os, ora defendendo-os.”

Em outras palavras, Deus implanta em cada ser humano, ate mesmo nos incrédulos, um conhecimento básico de sua lei. Independentemente de nossa exposição à revelação geral, nós

todos instintivamente sabemos que certas coisas são certas ou erradas, e nossas consciências testemunham este fato. Além disso, o Espírito Santo também fornece o que frequentemente tem sido chamado de “direção interna”.

Como oposta à iluminação, que é primariamente cognitiva, a direção interna tende a ser mais emotiva e intuitiva. É uma das formas mais comuns nas quais o Espírito Santo opera dentro dos indivíduos para revelar a verdade sobre o caráter de Deus. Vemos a direção do Espírito exibida claramente em coisas como nossas consciências individuais, assim como em nossos sentimentos muitas vezes indescritíveis que Deus quer que tomemos um curso particular de ação.

Paulo se referiu a essa direção interna elusiva em Filipenses 2.13 quando ele escreveu:

“É Deus quem efetua em vocês tanto o querer quanto o realizar, de acordo com a boa vontade dele.”

Observe que Paulo não estava aqui falando do que nós sabemos ou cremos, mas do que nós queremos ou desejamos, ou do que motiva nossas ações. Isto também é uma forma de revelação porque ela comunica impressões e intuições sobre o caráter de Deus a nós. E assim como com todas as formas de revelação existencial, porque ela revela o caráter de Deus, ela se constitui num padrão obrigatório que nós devemos obedecer e ao qual devemos nos conformar.

Nós examinamos as três categorias da revelação de Deus, e vimos como toda a revelação de Deus nos fornece normas que revelam o caráter de Deus. Agora, porém, exploraremos a unidade destas três categorias de normas reveladas.

UNIDADE

A revelação geral, especial e existencial estão todas intimamente relacionadas. Todas revelam o mesmo Deus e, portanto, todas revelam o mesmo padrão, e todas são obrigatórias e autoritativas. Mas o que isso significa para nós quando tentamos tomar decisões bíblicas? Como vocês recordarão nosso modelo para tomada de decisões bíblicas é: “O julgamento ético envolve a aplicação da Palavra de Deus a uma situação por uma pessoa”. À luz deste modelo, a unidade da revelação geral, especial e existencial indica nos indica que devemos basear todos os nossos julgamentos éticos em toda a revelação que temos disponível.

É claro, a Escritura é inteiramente suficiente para nos instruir sobre a ética cristã. A revelação geral e existencial não nos dão novas informações sobre o caráter de Deus que não estejam contidas na Escritura. Mas entenderemos o que a Escritura nos ensina muito mais

claramente quando a comparamos com todo o restante da revelação de Deus. Na verdade, sem a revelação geral de livros e linguagem nós nem mesmo teríamos acesso à revelação especial da Escritura. E, é claro, a iluminação do Espírito Santo, a revelação existencial, é fundamental para a nossa compreensão da mensagem da Escritura. Portanto, usar todas as formas da revelação de Deus nos fornece muito discernimento quando aplicamos a Escritura à vida.

CONCLUSÃO

Nesta lição exploramos dois aspectos da perspectiva normativa na ética cristã. Vimos que Deus mesmo é o padrão último para todo o comportamento ético e que seu caráter obriga todos os seres humanos a imitá-lo.

Nós também vimos que Deus é incognoscível à parte de sua palavra ou revelação, de modo que devemos receber sua revelação em todas as suas formas como nosso padrão revelado ou prático.

Quando buscarmos desenvolver nossas ideias da ética cristã, devemos sempre ser guiados pelo caráter de Deus como é revelado na natureza e na história, na Escritura e nos seres humanos. À medida que aplicarmos estes conceitos no nosso cotidiano, nos encontraremos mais completamente equipados para tomar decisões éticas que são agradáveis a Deus e que trazem bênçãos ao seu povo.